



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Belterra



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Belterra (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



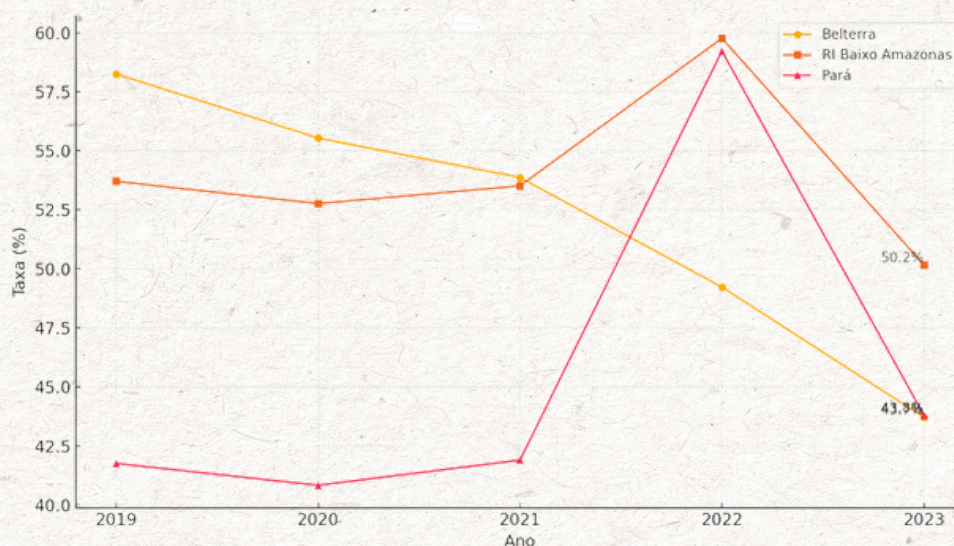
Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Belterra iniciou o período em 58,2% em 2019, apresentando queda gradual até 2021, quando atingiu cerca de 53,6%. Esse comportamento inicial revela um leve progresso no combate à pobreza no município, alinhado a uma leve tendência também observada na Região de Integração (RI) Baixo Amazonas, que manteve a taxa próxima a 53% nesse intervalo. O estado do Pará, por sua vez, manteve os menores percentuais ao longo da série, variando entre 41% e 43%, revelando disparidades territoriais expressivas (Gráfico 1).

O ano de 2022 marcou uma inflexão significativa nas três esferas territoriais, com destaque para o estado do Pará, cuja taxa de pobreza saltou abruptamente para cerca de 60%, ultrapassando momentaneamente a RI e o próprio município de Belterra. Essa elevação pode estar associada a efeitos econômicos adversos, como a inflação de alimentos e redução de transferências de renda em nível federal. A RI Baixo Amazonas e Belterra também apresentaram aumentos, porém em menor magnitude (Gráfico 1).

Em 2023, o indicador voltou a apresentar queda acentuada nas três escalas. Belterra registrou a maior melhora relativa, reduzindo a taxa para 43,4%, seguida pela RI com 50,2% e o estado com 43,8%. Ainda que o resultado represente um avanço, é importante observar que a RI Baixo Amazonas manteve uma taxa significativamente mais alta, apontando desafios estruturais mais intensos nesse recorte territorial. O retorno à trajetória de queda indica possível recuperação das políticas sociais ou reativação econômica no pós-pandemia (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

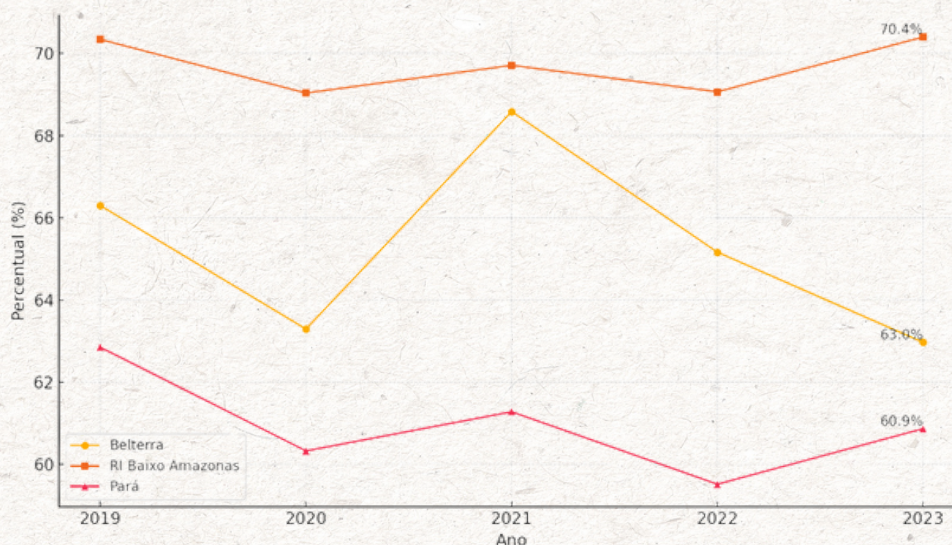
O município de Belterra apresentou um comportamento oscilante nas despesas com serviços essenciais ao longo do período. Em 2019, o percentual era de 66,2%, mas caiu para 63,2% em 2020, possivelmente em razão de contenções orçamentárias durante o primeiro ano da pandemia. Em 2021, o índice cresceu de forma expressiva para 68,7%, demonstrando uma priorização orçamentária naquele ano, antes de declinar novamente para 65,2% em 2022 e encerrar o período em 63,0% em 2023, abaixo do valor inicial (Gráfico 2).

A Região de Integração Baixo Amazonas manteve-se em patamares mais elevados e com menor variação, oscilando entre 69% e 70,4%. Isso sugere uma política mais consistente de alocação de recursos essenciais, o que pode refletir a atuação de municípios com maior estrutura institucional ou maiores receitas relativas. Já o estado do Pará apresentou uma tendência de leve redução entre 2019 e 2022, chegando a 59,3%, com recuperação em 2023 para 60,9% (Gráfico 2).

A comparação entre os três níveis territoriais evidencia que, embora Belterra tenha alcançado, em alguns anos, percentuais relativamente altos, sua instabilidade ao longo do tempo pode comprometer a continuidade e qualidade dos serviços prestados. A redução dos percentuais nos anos finais do período, especialmente após 2021, pode ser indicativo de limitações fiscais ou redirecionamento de prioridades, o que merece atenção para não comprometer os avanços sociais conquistados (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2023, a taxa de prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Belterra apresentou forte oscilação, partindo de um elevado patamar de 11,1% em 2019, recuando drasticamente para 7,4% em 2020. Esse movimento pode estar relacionado à melhoria temporária nos serviços de saúde materno-infantil ou à subnotificação no período inicial da pandemia. Contudo, a partir de 2021, verifica-se uma tendência de crescimento constante, com o indicador alcançando novamente 11% em 2023, o que representa um ponto de alerta importante para as políticas públicas locais de atenção pré-natal e neonatal (Gráfico 3).

Na comparação com a Região de Integração Baixo Amazonas e o estado do Pará,

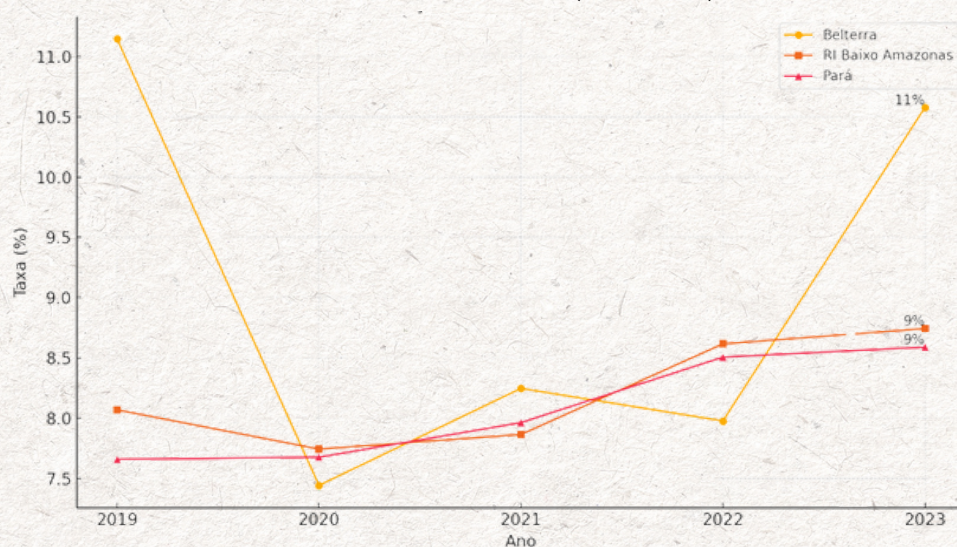
observa-se que Belterra manteve, na maior parte do período, taxas mais elevadas. A RI oscilou de forma mais moderada, variando entre 7,8% e 9%, enquanto o estado do Pará apresentou a menor variação percentual (de 7,7% para 8,6% no período), o que evidencia maior estabilidade em contextos regionais mais amplos. A partir de 2022, os três territórios passaram a convergir em crescimento, mas Belterra se destacou negativamente com elevação mais acentuada (Gráfico 3).

Essa tendência de alta em Belterra nos dois últimos anos, especialmente em 2023, evidencia possíveis fragilidades nos serviços de saúde básica e no acompanhamento nutricional e pré-natal no município. O aumento abrupto sinaliza a necessidade de inves-

timentos específicos em políticas públicas de saúde materna, saneamento e combate à insegurança alimentar. Comparativamente, o município revela maior vulnerabilidade do que sua região e o estado, o que reforça a importância da territorialização de políticas públicas para enfrentamento desse indicador (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

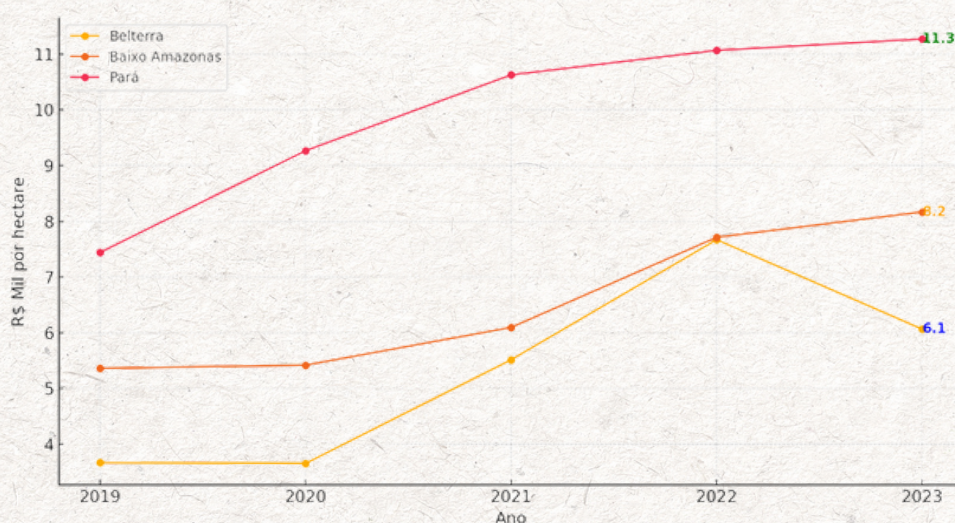
A produtividade agrícola em Belterra iniciou o período com um desempenho modesto, registrando R\$ 3,7 mil por hectare em 2019 e repetindo o mesmo valor em 2020. A partir de 2021, observou-se um crescimento expressivo, com o indicador saltando para R\$ 5,6 mil e chegando ao pico de R\$ 7,7 mil por hectare em 2022. Esse avanço pode estar relacionado à adoção de tecnologias produtivas, ao aumento da mecanização agrícola ou a mudanças na composição de culturas com maior valor agregado (Gráfico 4).

No entanto, em 2023, houve uma reversão significativa na

tendência de crescimento, com queda para R\$ 6,1 mil por hectare, indicando possível retração no setor agropecuário local. Essa queda contrasta com a tendência de crescimento contínuo observada tanto na RI Baixo Amazonas (que evoluiu de R\$ 5,4 mil para R\$ 8,2 mil) quanto no estado do Pará, que apresentou o melhor desempenho ao longo de todo o período, crescendo de R\$ 7,4 mil para R\$ 11,3 mil por hectare. Isso evidencia que, embora Belterra tenha melhorado sua produtividade nos últimos anos, ainda permanece atrás dos níveis regionais e estaduais (Gráfico 4).

A queda recente em Belterra pode sinalizar problemas pontuais, como eventos climáticos adversos, redução de investimentos ou falhas logísticas e de comercialização. A disparidade entre o desempenho do município e do estado como um todo aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas à sustentabilidade produtiva local, com foco em assistência técnica, infraestrutura rural e acesso a mercados. O acompanhamento desse indicador deve ser contínuo, uma vez que ele está fortemente atrelado à segurança alimentar e à geração de renda no meio rural (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil em Belterra apresentou comportamento altamente volátil no período analisado. Em 2019, o município registrava uma taxa de 19 por mil nascidos vivos, superior à média estadual (15) e regional (19). Essa taxa aumentou em 2020, chegando a 23, e caiu levemente para 21 em 2021. Contudo, o dado mais impressionante ocorreu em 2022, quando a taxa despencou para apenas 11, indicando uma possível melhora pontual nos serviços de saúde infantil ou uma distorção estatística causada por uma amostra reduzida. Em 2023, entretanto, houve um salto expressivo para 32, o maior valor da série histórica, revelando uma deterioração brusca nas condições de saúde infantil (Gráfico 5).

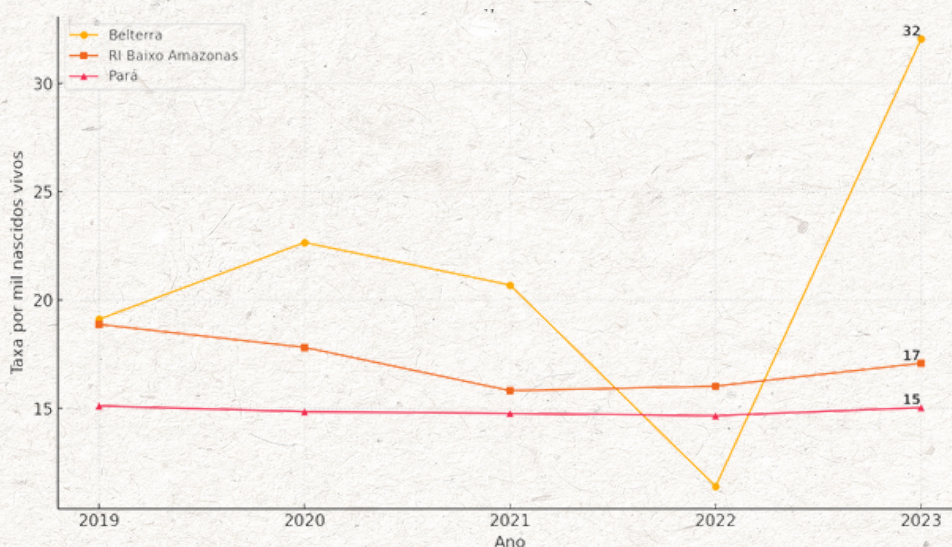
Em comparação com a Região de Integração (RI) Baixo Amazonas e o estado do Pará, Belterra se manteve em geral acima das médias. A RI oscilou entre 16 e 19, mantendo relativa estabilidade ao longo dos anos, enquanto o estado do Pará apresentou os menores valores da série, variando discretamente entre 14,6 e 15. Essa discrepância reforça as desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde entre o município e os demais recortes territoriais mais amplos. A estabilidade nos níveis estadual e regional contrasta fortemente com os picos e vales observados em Belterra (Gráfico 5).





A elevação acentuada em 2023 aponta para fragilidades nos cuidados neonatais e no acompanhamento de gestantes e puérperas. A mortalidade infantil é um dos indicadores mais sensíveis às condições de saneamento básico, nutrição, acesso a profissionais de saúde e infraestrutura hospitalar. Assim, o dado alarmante de 32 óbitos por mil nascidos vivos pode indicar retrocessos em políticas públicas locais ou falhas no sistema de vigilância em saúde. A superação dessa vulnerabilidade exige atenção urgente à atenção primária e materno-infantil no município (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Belterra passou por um aumento significativo ao longo do período. Em 2019, o município contava com apenas 4 médicos por 10 mil habitantes, caindo para 3,3 em 2020. A partir de 2021, houve uma recuperação gradual e, em 2022, o salto foi expressivo: o número quase triplicou, atingindo 11 profissionais por 10 mil habitantes e, em 2023, chegou a 12, superando a média estadual (11) e a regional (8). Esse crescimento pode estar associado a políticas públicas de interiorização da medicina, como o Mais Médicos, contratações temporárias ou incentivos

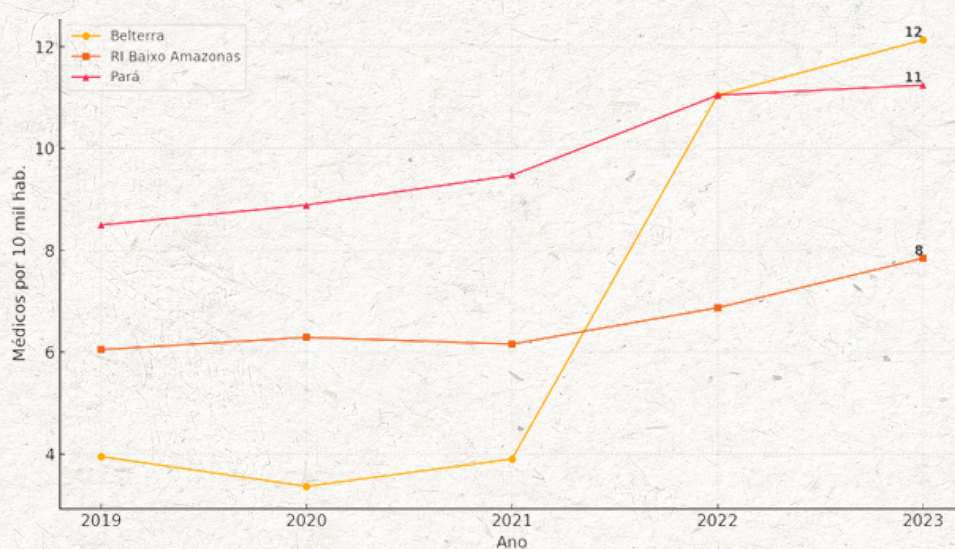
fiscais para fixação de profissionais (Gráfico 6).

No contexto comparativo, a RI Baixo Amazonas iniciou o período com 6,1 médicos e avançou gradualmente até 7,9 em 2023. Já o estado do Pará, que partia de uma base mais alta (8,5 em 2019), apresentou evolução mais firme, encerrando o período em 11. A ultrapassagem de Belterra sobre esses recortes territoriais maiores é um dado positivo e evidencia um esforço municipal ou regional para suprir déficits históricos na cobertura médica local, ainda que se deva verificar a distribuição desses profissionais entre áreas urbanas e rurais (Gráfico 6).



Apesar do avanço expressivo na presença de médicos, a simultânea elevação da taxa de mortalidade infantil em 2023 sugere que o mero aumento quantitativo de profissionais não é suficiente para melhorar os indicadores de saúde. Isso pode refletir problemas como alta rotatividade de médicos, falta de especialização em pediatria ou obstetrícia, ausência de estrutura hospitalar, ou baixa resolutividade da rede de atenção básica. A qualificação do atendimento e a integração dos serviços são, portanto, aspectos que devem ser priorizados para que a presença médica se converta, de fato, em melhores desfechos de saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

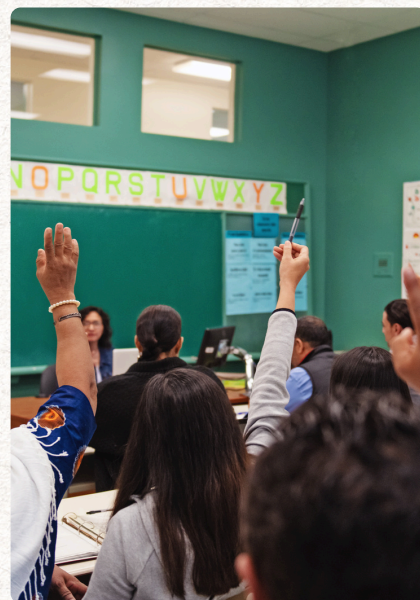
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, Belterra apresentou um crescimento contínuo no número de vagas no ensino público por mil habitantes, passando de 258 para 270 vagas. Esse movimento indica uma expansão da capacidade educacional do município, possivelmente relacionada à criação de novas turmas, escolas ou à ampliação do atendimento em etapas como a educação infantil. Contudo, a partir de 2022, o indicador entrou em queda, chegando a 252 vagas em 2023, o que representa uma retração de 6,7% em dois anos, sinalizando possível desmobilização de estruturas educacionais ou redução de demanda (Gráfico 7).

Comparativamente, a Região de Integração Baixo Amazonas iniciou o período com desempenho superior ao de

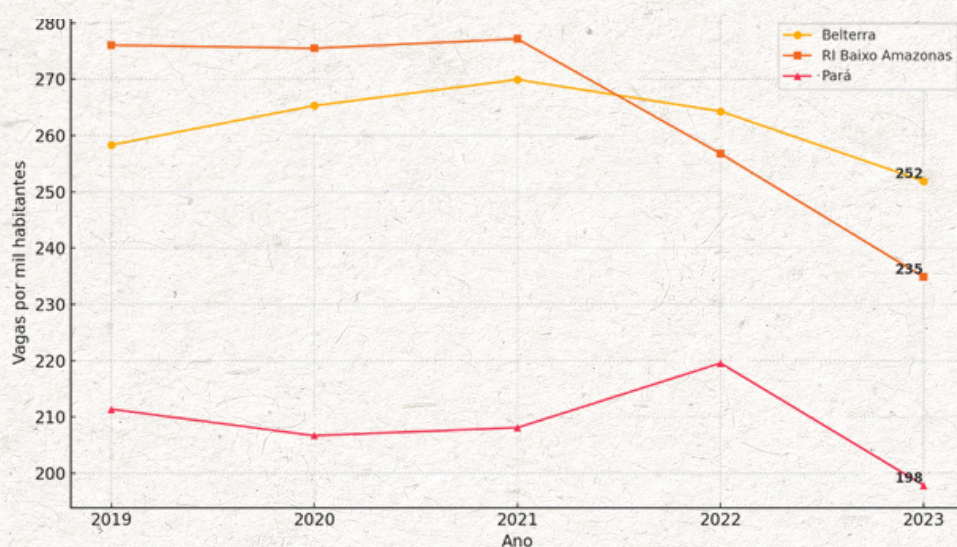
Belterra (cerca de 276 vagas por mil hab.) e manteve estabilidade até 2021. Entretanto, a região também sofreu queda acentuada nos anos seguintes, finalizando 2023 com 235 vagas, valor inferior ao do município. Já o estado do Pará registrou os menores valores ao longo de toda a série, com oscilações mais suaves e tendência de queda em 2023, quando atingiu 198 vagas por mil habitantes. A redução generalizada nos três níveis pode estar relacionada à transição demográfica, evasão escolar, ou redefinição de matrículas durante e após a pandemia (Gráfico 7).

A queda recente no número de vagas, sobretudo após um pico de expansão, levanta preocupações sobre a sustentabilidade da oferta educa-



cional pública em Belterra. Mesmo mantendo desempenho acima das médias estadual e regional em 2023, o recuo pode comprometer a universalização do acesso, especialmente em áreas rurais e vulneráveis. É necessário que o município avalie se a redução decorre de mudanças planejadas (como reorganização da rede) ou se é resultado de perda de capacidade instalada, falta de professores ou redução de investimentos (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 252 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

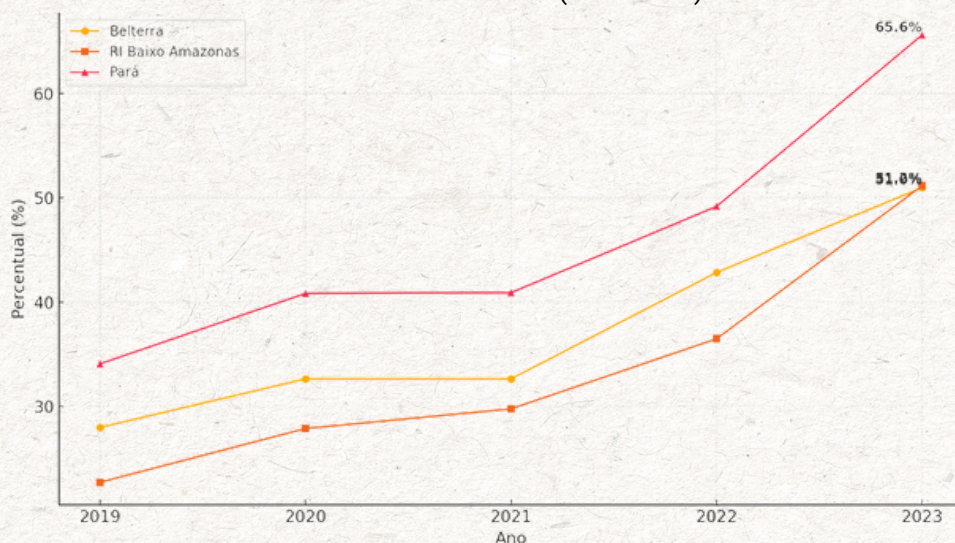
O percentual de escolas com acesso à internet em Belterra apresentou crescimento constante entre 2019 e 2023. Em 2019, apenas 28% das unidades de ensino estavam conectadas, mas esse número saltou para 33% em 2020 e manteve-se estável em 2021. A partir de 2022, a conectividade escolar avançou com mais intensidade, alcançando 43% em 2022 e 51% em 2023, sinalizando uma aceleração no processo de digitalização da educação municipal. Essa melhora pode estar relacionada à ampliação de programas federais de conectividade e à demanda gerada pela pandemia de COVID-19 (Gráfico 8).

Em comparação com a RI Baixo Amazonas, Belterra manteve-se ligeiramente à frente durante quase todo o período, até convergirem em 2023 no patamar de 51%. Já o estado do Pará teve desempenho superior, iniciando com 34% em 2019 e encerrando 2023 com expressivos 65,6%. Essa diferença pode refletir maior investimento estadual em infraestrutura digital, especialmente em centros urbanos, ou maior abrangência de programas estaduais de tecnologia educacional. Ainda assim, Belterra acompanhou o ritmo de crescimento regional, sinalizando avanço progressivo (Gráfico 8).

Apesar da evolução positiva, o fato de que apenas metade das escolas de Belterra tinham acesso à internet em 2023 indica desafios estruturais importantes para a implementação efetiva de políticas de ensino híbrido, inclusão digital e uso pedagógico de tecnologias. A ampliação do acesso à internet nas escolas deve ser tratada como prioridade para reduzir desigualdades educacionais, especialmente em territórios da Amazônia, onde a distância geográfica representa barreira adicional. O fortalecimento da conectividade escolar pode contribuir diretamente para a melhoria dos resultados de aprendizagem e gestão escolar (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



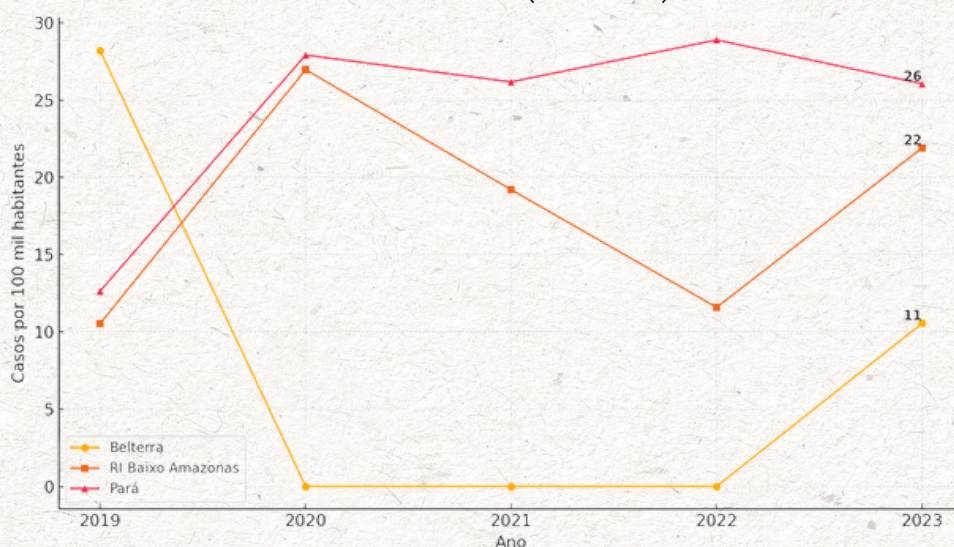
O indicador de violência contra a mulher praticada por parceiros em Belterra apresenta grande oscilação no período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrava o valor mais elevado da série, com 28,3 casos por 100 mil habitantes. No entanto, a partir de 2020, o número de registros despencou abruptamente, chegando a zero nos anos de 2020, 2021 e 2022. Essa queda tão brusca provavelmente não reflete uma erradicação real da violência, mas sim subnotificação ou ausência de registros formais, o que pode estar relacionado à desestruturação de canais de denúncia, à pandemia ou à ausência de delegacias especializadas. Em 2023, o indicador volta a subir para 11 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).



Na comparação regional, a RI Baixo Amazonas e o estado do Pará apresentaram patamares mais estáveis ao longo da série, com registros oscilando entre 10 e 27 casos por 100 mil habitantes. Em 2020, ambas as escalas apresentaram picos – 27 para a RI e 28 para o Pará –, possivelmente refletindo maior visibilidade ou aumento da violência doméstica durante o período de isolamento social. Nos anos seguintes, houve queda moderada, e em 2023 os valores recuam para 22 e 26, respectivamente. Essas curvas reforçam que a realidade da violência de gênero se mantém presente e que oscilam com a capacidade institucional de resposta e de visibilização do problema (Gráfico 9).

Em Belterra, a interrupção dos dados por três anos consecutivos torna mais difícil a avaliação de políticas públicas. O retorno dos registros em 2023 pode indicar reativação dos mecanismos de denúncia ou aumento da exposição das vítimas. Ainda assim, o município se mantém abaixo das médias estadual e regional no último ano analisado, embora isso deva ser interpretado com cautela diante da possível subnotificação. A consistência nos registros, aliada à criação de redes de proteção e acolhimento, é fundamental para monitorar e combater eficazmente a violência contra a mulher (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Belterra apresentou relativa instabilidade ao longo da série, com tendência de leve queda. Em 2019, o indicador marcava 40,5%, subindo para um pico de 44,4% em 2020, o que pode ter refletido avanços pontuais em políticas de equidade de gênero ou em processos seletivos mais inclusivos. No entanto, a partir de 2021, houve uma queda brusca, atingindo 35,5% em 2021 e mantendo-se praticamente estável em 2022, com leve recuperação em 2023 (36,8%). Ainda assim, o percentual final é inferior ao registrado no início do período (Gráfico 10).

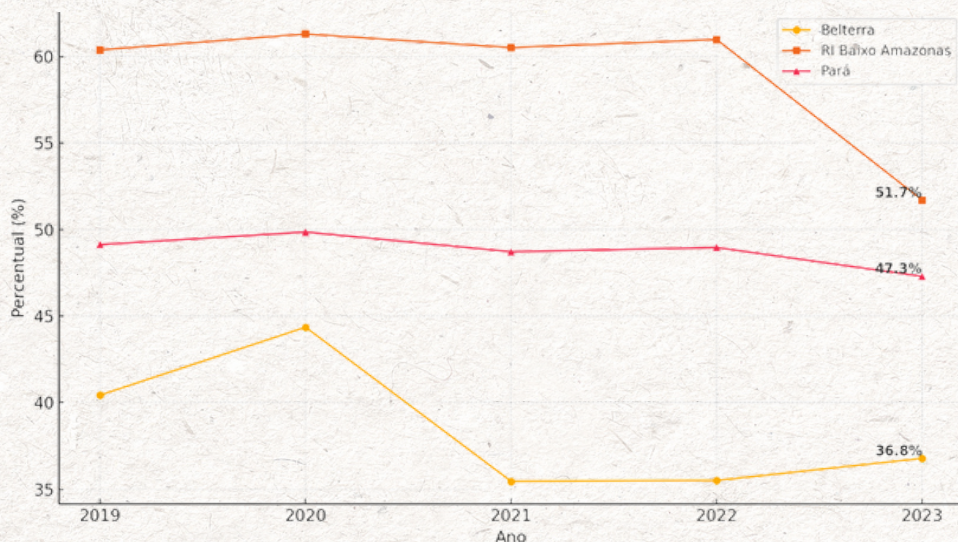




A comparação com os níveis regionais e estaduais mostra que Belterra está consistentemente abaixo tanto da RI Baixo Amazonas quanto do estado do Pará. A RI manteve patamares elevados e estáveis entre 60% e 61% até 2022, sofrendo uma queda acentuada em 2023 para 51,7%. Já o Pará oscilou levemente entre 48,9% e 47,3% ao longo do período, mantendo-se acima da média municipal. A queda regional recente pode sinalizar impactos adversos no mercado de trabalho gerencial feminino, mas ainda assim, o nível de presença das mulheres nos espaços de decisão é mais consolidado fora de Belterra (Gráfico 10).

O desempenho abaixo da média estadual e regional indica que Belterra enfrenta obstáculos maiores para garantir a participação feminina em posições de liderança. Essa desigualdade pode ser reflexo de barreiras estruturais, culturais ou institucionais que limitam o acesso de mulheres a cargos de gestão, tanto no setor público quanto no privado. Para avançar, é necessário fomentar políticas afirmativas, incentivar a formação de lideranças femininas e monitorar sistematicamente esse indicador, que é central para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Belterra apresentou-se estagnado ao longo do período de 2019 a 2023. Iniciando em apenas 0,2%, o indicador manteve-se praticamente inalterado durante os cinco anos analisados, demonstrando que não houve avanços significativos na inclusão dessa parcela da população em sistemas formais de esgotamento sanitário. Essa estabilidade em patamar extremamente baixo revela uma lacuna estrutural grave nos serviços de saneamento para os grupos mais vulneráveis do município (Gráfico 11).



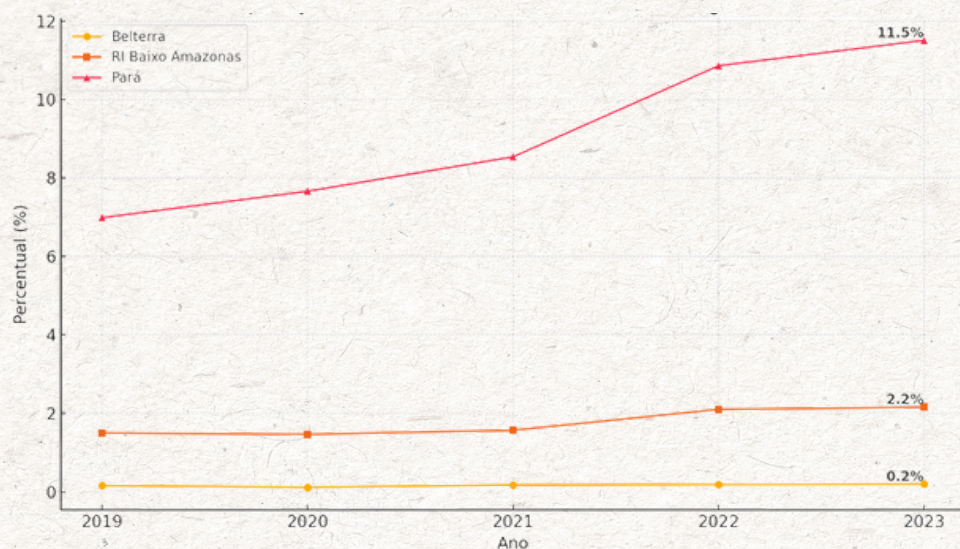
Em comparação com os recortes regionais, a Região de Integração Baixo Amazonas apresentou desempenho um pouco superior, com crescimento gradual de 1,5% em 2019 para 2,2% em 2023. Já o estado do Pará teve avanço mais expressivo, saltando de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. Ainda que os percentuais absolutos continuem baixos, especialmente na região amazônica, os dados apontam que Belterra está muito aquém mesmo dos modestos progressos observados em níveis

mais amplos. Isso evidencia um descompasso na priorização do saneamento básico para a população de baixa renda no município (Gráfico 11).

A persistência de um índice tão reduzido indica falhas na implementação de políticas públicas voltadas à universalização do saneamento, contrariando os princípios da equidade e do direito humano ao saneamento. Essa deficiência compromete diretamente a saúde pública, especialmente de crianças e idosos, e dificulta o cumprimento de metas de de-

envolvimento sustentável. Para avançar, é essencial que Belterra direcione investimentos específicos, com foco territorializado e social, para ampliar a infraestrutura de esgotamento nas comunidades mais carentes (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto per capita com saneamento básico em Belterra teve comportamento altamente instável entre 2019 e 2023. Em 2019, o município investiu cerca de R\$ 90 por habitante, elevando esse valor para R\$ 134 em 2020, o maior da série. No entanto, esse pico foi seguido por uma queda abrupta, com os gastos caindo para R\$ 13 em 2021 e R\$ 8 em 2022, representando uma redução de mais de 90% em apenas dois anos. Em 2023, observa-se uma retomada parcial, com o valor chegando a R\$ 86 por habitante, embora ainda sem recuperar o patamar de 2020 (Gráfico 12).

Na comparação regional, a RI Baixo Amazonas apresentou valores significativamente menores e mais estáveis, variando de R\$ 34 em 2019 para R\$

24 em 2023, com leve oscilação. Já o estado do Pará mostrou um padrão de crescimento mais consistente, saindo de R\$ 80 em 2019 para R\$ 137 em 2023, com destaque para o pico de R\$ 155 em 2022. Isso indica que, enquanto o estado ampliou de forma contínua seus investimentos em saneamento, Belterra enfrentou descontinuidade nos aportes, o que pode refletir questões orçamentárias, gestão local ou falta de planejamento estratégico (Gráfico 12).

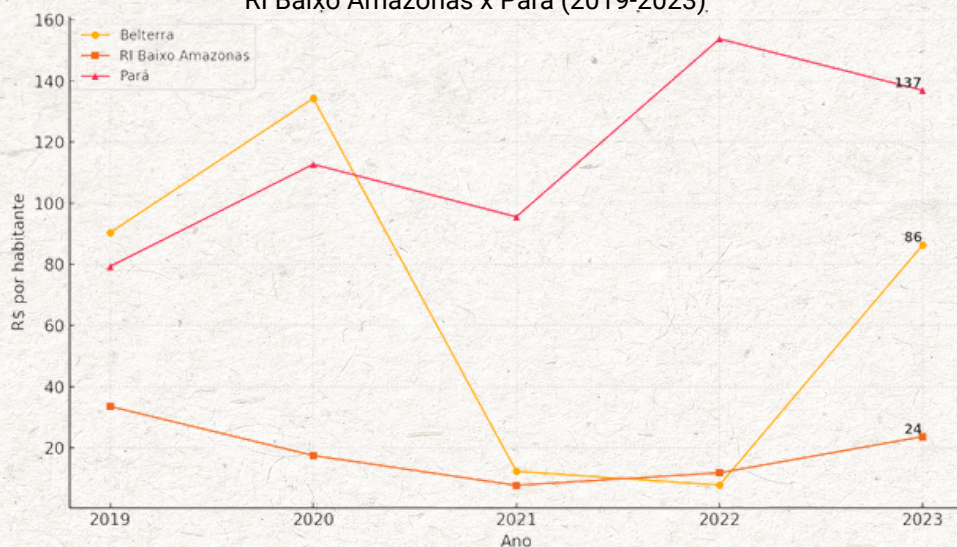
A forte volatilidade dos investimentos municipais compromete a eficiência e a continuidade de obras e serviços na área de saneamento, refletindo-se, inclusive, na estagnação do indicador de coleta de esgoto para a população de

baixa renda. A retomada em 2023 é positiva, mas precisa ser acompanhada de estabilidade e foco na universalização, com priorização das áreas mais carentes. A construção de um plano municipal de saneamento com metas claras, controle social e financiamento adequado pode ser o caminho para reverter esse cenário de exclusão e desestruturação (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 86/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Entre 2019 e 2023, Belterra apresentou um crescimento expressivo no consumo de energia elétrica per capita, passando de 1.161 kWh por habitante em 2019 para 1.388 kWh em 2023. O aumento foi relativamente constante, com um leve platô entre 2020 e 2021, seguido por um salto significativo em 2022, atingindo o pico de 1.400 kWh. Essa trajetória revela maior acesso e uso da energia elétrica pela população, o que pode refletir a ampliação da infraestrutura energética, maior disponibilidade de eletrodomésticos e equipamentos, ou até mesmo urbanização e

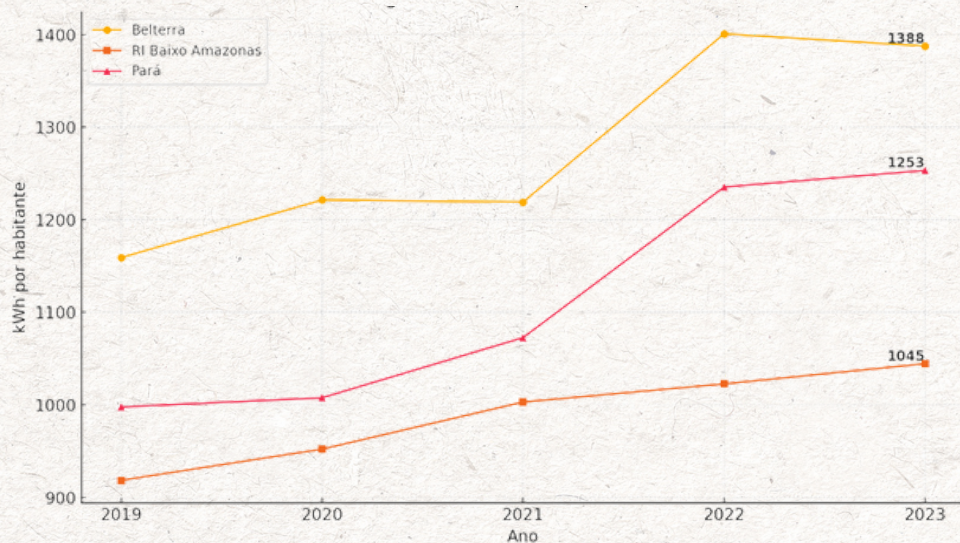
melhoria do poder aquisitivo local (Gráfico 13).

Em comparação com a Região de Integração Baixo Amazonas e o estado do Pará, Belterra apresentou um desempenho superior ao longo de todo o período. A RI saiu de um patamar de 922 kWh em 2019 para 1.045 kWh em 2023, enquanto o estado do Pará evoluiu de 998 kWh para 1.253 kWh no mesmo intervalo. A diferença crescente entre Belterra e os demais recortes sugere que o município vivenciou um ritmo mais acelerado de expansão ou modernização do consumo energético, possivelmente impulsionado por

políticas locais de eletrificação ou mudanças nos padrões habitacionais (Gráfico 13).

Apesar da evolução positiva, o crescimento do consumo per capita também exige atenção quanto à sustentabilidade e à eficiência energética. Um aumento abrupto no consumo pode representar maior bem-estar, mas também aponta para maior pressão sobre a rede elétrica local e potencial desperdício. O ideal é que esse consumo venha acompanhado de políticas de eficiência energética, acesso universal e fontes renováveis, especialmente em contextos amazônicos sensíveis como o de Belterra (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.388 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizavam iluminação por fontes fósseis em Belterra caiu de forma contínua ao longo do período analisado, saindo de 3,7% em 2019 para 2,3% em 2023. Essa redução representa um avanço importante na inclusão energética da população mais vulnerável, indicando que a eletrificação rural ou periférica alcançou novas famílias e substituiu tecnologias precárias, como lamparinas a querosene ou velas. A tendência decrescente revela políticas públicas ou ações estruturantes que surtiram efeito no combate à exclusão energética (Gráfico 14).

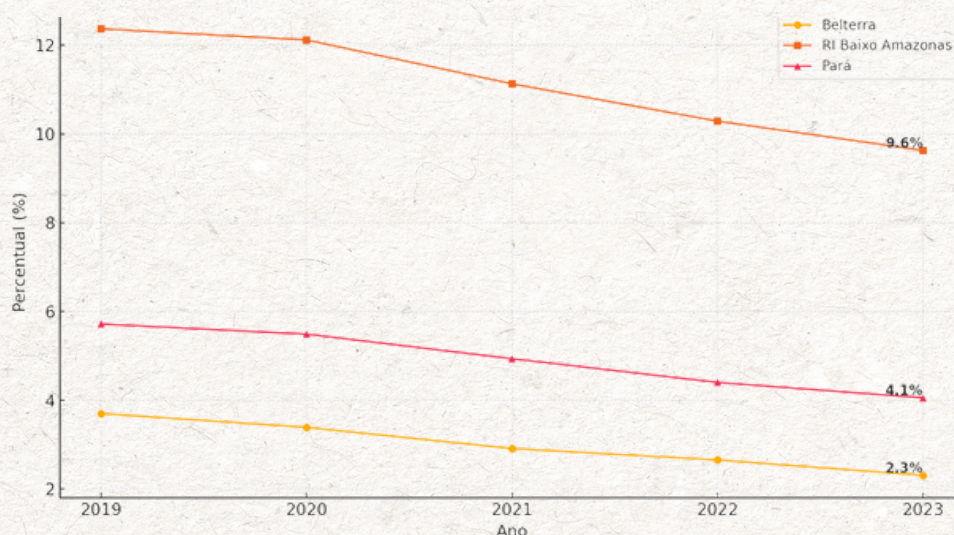


Em comparação com os recortes regionais, Belterra manteve percentuais consistentemente inferiores. A RI Baixo Amazonas iniciou 2019 com alarmantes 12,3% de domicílios com iluminação fóssil, recuando para 9,6% em 2023, o que ainda representa quase o quádruplo do índice de Belterra. Já o estado do Pará apresentou desempenho intermediário, caindo de 5,7% para 4,1%. Esses dados confirmam que Belterra se destaca positivamente no combate à pobreza energética, mesmo dentro de uma região com desafios logísticos e territoriais significativos (Gráfico 14).

A redução do uso de fontes fósseis em residências de baixa renda tem impacto direto na qualidade de vida, na segurança domiciliar e na saúde, além de representar um avanço ambiental. A continuidade dessa tendência em Belterra é crucial para erradicar a exclusão energética e garantir o direito à energia limpa e acessível. Ainda assim, é importante garantir que o acesso à energia elétrica venha acompanhado de regularização, tarifas sociais e suporte técnico, para que seja sustentável e de fato promotor de cidadania (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

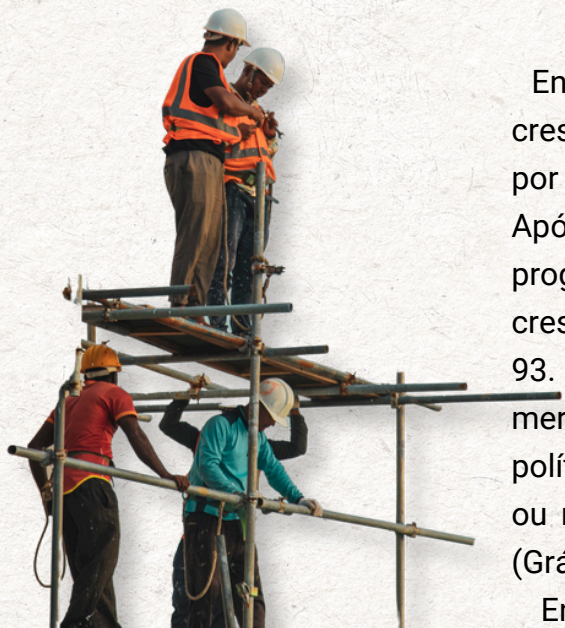
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



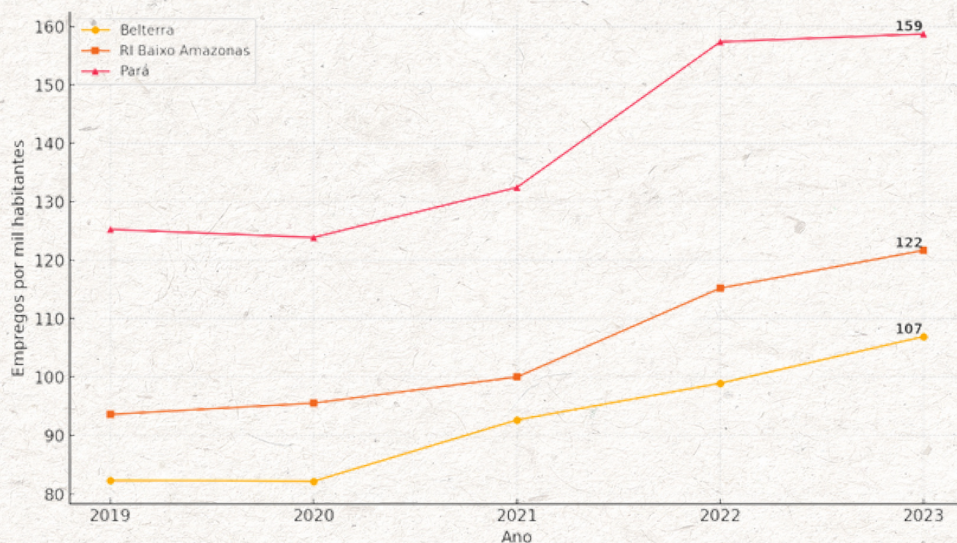
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Belterra apresentou um crescimento consistente no número de empregos formais por mil habitantes, saindo de 82 para 107 vínculos formais. Após a estabilidade entre 2019 e 2020, houve um avanço progressivo nos anos seguintes, com destaque para o crescimento entre 2020 e 2021, quando o índice subiu para 93. Esse comportamento sinaliza uma retomada do mercado de trabalho local, possivelmente estimulada por políticas de reativação econômica, novos empreendimentos ou maior formalização do trabalho anteriormente informal (Gráfico 15).

Em termos comparativos, a Região de Integração Baixo Amazonas manteve, ao longo de toda a série, um patamar superior ao de Belterra, iniciando em 94 empregos por mil habitantes em 2019 e chegando a 122 em 2023. Ainda assim, Belterra reduziu parcialmente essa distância, o que pode indicar que o município tem avançado proporcionalmente em ritmo ligeiramente superior à sua região, embora ainda permaneça atrás. Já o estado do Pará, que já partia de um nível elevado (126), apresentou uma aceleração marcante a partir de 2021, encerrando 2023 com 159 empregos formais por mil habitantes, consolidando-se como a referência superior no recorte (Gráfico 15).

O desempenho positivo de Belterra no período é relevante, pois revela um ambiente econômico mais favorável à formalização do trabalho, o que implica em maiores garantias trabalhistas e previdenciárias para a população. No entanto, a defasagem em relação aos patamares estadual e regional ainda é expressiva, sugerindo que há espaço para políticas de incentivo ao empreendedorismo, capacitação da mão de obra e atração de investimentos. O desafio, portanto, é manter o ritmo de crescimento e diversificar as oportunidades formais de emprego para consolidar esse avanço no médio e longo prazo (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 107 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



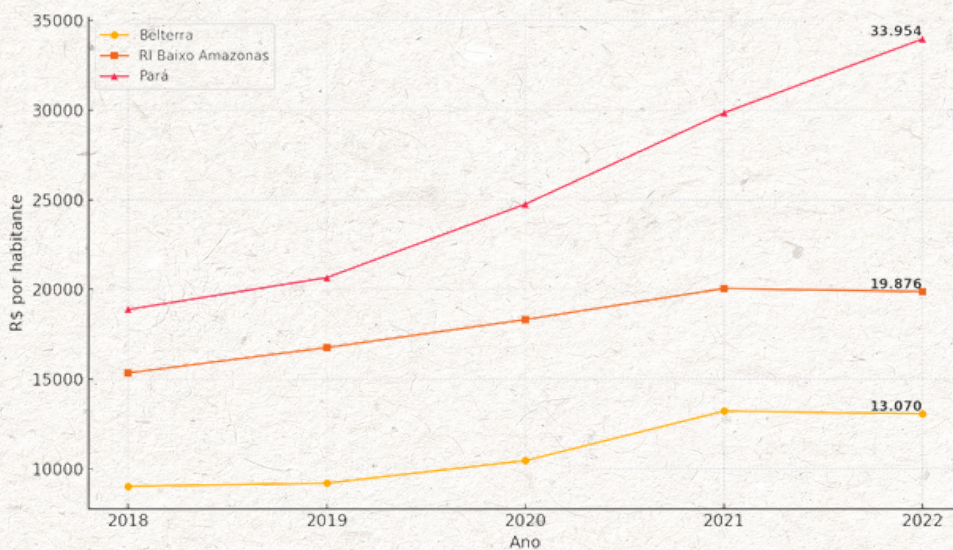
res locais e a uma possível reconfiguração das atividades produtivas em direção a segmentos de maior valor agregado (Gráfico 16).

Em contraste, a Região de Integração (RI) Baixo Amazonas teve um desempenho superior ao longo de todo o pe-

ríodo, com crescimento contínuo de aproximadamente R\$ 15.300 em 2018 para R\$ 19.876 em 2022. Já o estado do Pará destacou-se com uma curva de crescimento acentuada, passando de cerca de R\$ 19.000 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. A forte expansão estadual pode ser atribuída ao dinamismo do setor mineral e à ampliação de grandes empreendimentos industriais e logísticos em áreas estratégicas, o que amplia a distância entre o desempenho de Belterra e o contexto estadual (Gráfico 16).

Ainda que Belterra tenha demonstrado crescimento, a distância em relação aos patamares estadual e regional evidencia uma estrutura econômica local mais limitada e menos integrada a setores dinâmicos da economia paraense. O desafio do município está em ampliar sua base produtiva, atrair investimentos e promover a diversificação econômica, de forma a tornar o crescimento do PIB per capita mais robusto, equitativo e sustentável. A elevação desse indicador é essencial para melhorar as condições de vida e aumentar a arrecadação local (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13.070/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



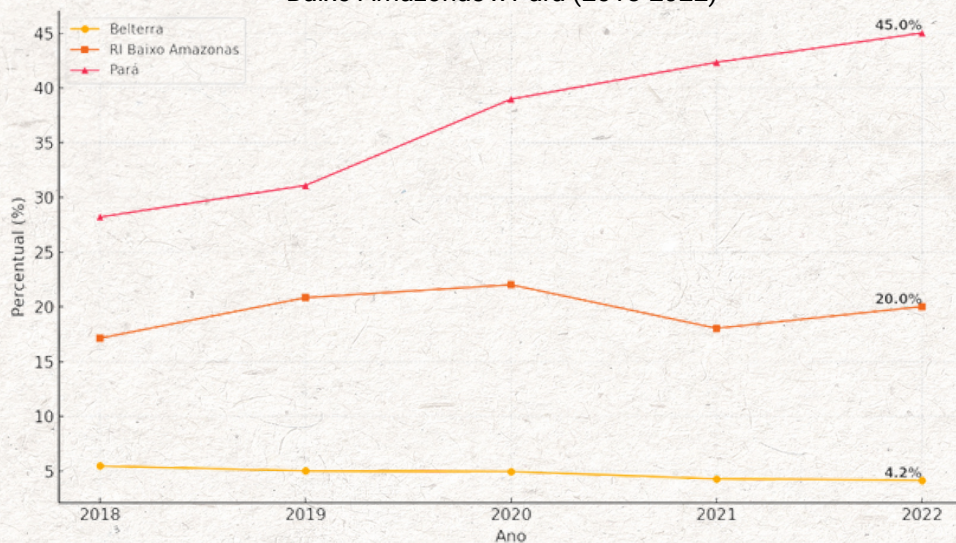
O indicador de valor adicionado da indústria em Belterra, como proporção do PIB, apresentou tendência de leve queda ao longo do período analisado. Partindo de 5,3% em 2018, o índice reduziu-se gradualmente até atingir 4,2% em 2022, o que revela uma participação limitada e em retração do setor industrial na estrutura econômica municipal. Essa dinâmica pode estar associada à predominância de atividades primárias, à baixa industrialização local e à ausência de políticas industriais mais incisivas no município (Gráfico 17).

A Região de Integração Baixo Amazonas apresentou desempenho bem mais robusto, com a participação da indústria oscilando entre 17% e 22%, encerrando o período com 20% do PIB oriundo desse setor. Já o estado do Pará destacou-se com crescimento expressivo, saindo de 28,1% em 2018 para 45% em 2022, refletindo a forte influência da indústria extrativa mineral e da cadeia produtiva associada à exportação de commodities. A diferença entre Belterra e o estado reforça a assimetria estrutural em termos de desenvolvimento industrial (Gráfico 17).

A baixa participação da indústria no PIB de Belterra representa um entrave para a geração de empregos qualificados, aumento da produtividade e fortalecimento da arrecadação. Para reverter esse cenário, é fundamental investir em infraestrutura logística, capacitação da força de trabalho e incentivo à implantação de pequenas e médias indústrias compatíveis com a vocação local. O fortalecimento da base industrial é essencial para promover um desenvolvimento econômico mais equilibrado, resiliente e menos dependente de atividades de baixo valor agregado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2022, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Belterra manteve-se relativamente estável, oscilando levemente entre 12,2 e 11,7. Essa estabilidade indica um cenário de baixo dinamismo na atração, formação ou fixação de profissionais ligados às atividades científicas no município durante boa parte do período. No entanto, em 2023, o indicador registrou um salto signifi-



cativo, chegando a 19 profissionais por 100 mil habitantes – o maior crescimento da série e uma reversão clara da tendência anterior. Esse aumento pode estar relacionado à implementação de programas locais de pesquisa, convênios com instituições de ensino ou expansão de atividades técnico-científicas ligadas a políticas públicas (Gráfico 18).

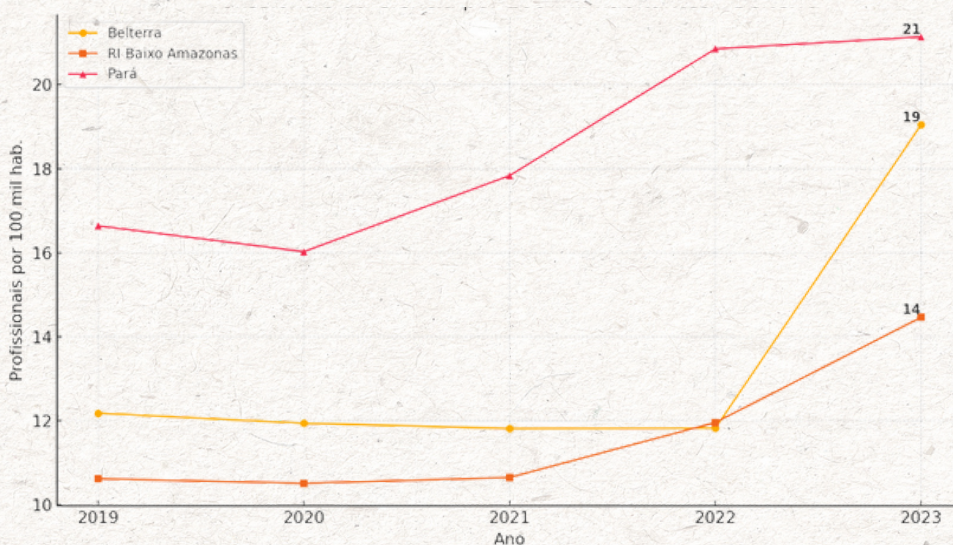
Em comparação regional, a

Região de Integração (RI) Baixo Amazonas também mostrou crescimento, mas em ritmo mais gradual: passou de 10,6 em 2019 para 14,4 em 2023. Ao longo de quase todo o período, a RI permaneceu abaixo dos níveis registrados por Belterra, o que sugere que o município conseguiu manter uma densidade de profissionais científicos relativamente superior dentro do contexto regional, ao menos nos anos iniciais e finais da série. Já o estado do Pará demonstrou desempenho mais robusto e consistente, saindo de 16,6 em 2019 para 21 em 2023, mantendo-se como o maior valor em todos os anos observados, possivelmente refletindo a concentração de centros universitários e institutos de pesquisa nas áreas metropolitanas (Gráfico 18).



O avanço registrado por Belterra em 2023 representa um ponto de inflexão importante e pode sinalizar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento científico e à inovação local. A presença crescente de profissionais da ciência tem impacto direto na capacidade do município de produzir conhecimento, formular políticas baseadas em evidências e fomentar o desenvolvimento sustentável. Para que esse crescimento seja consolidado, é essencial garantir condições de permanência desses profissionais, promover editais de pesquisa, estruturar núcleos científicos locais e integrar a ciência às demandas socioeconômicas do território (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

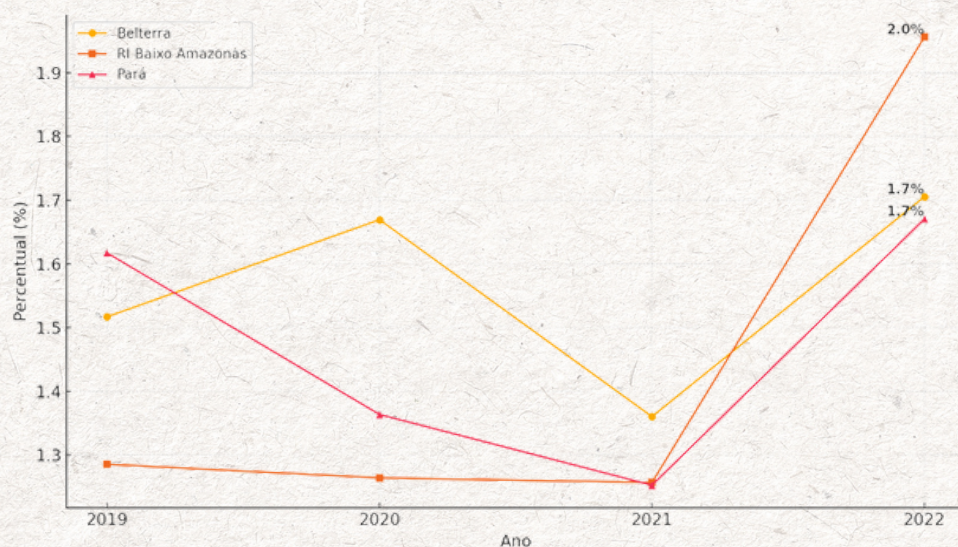
Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Belterra apresentou variações relevantes. Em 2019, o indicador era de 1,52%, subindo para 1,67% em 2020, o que sugere um aumento na remuneração total dos empregos formais em relação ao produto interno bruto municipal. Essa elevação pode ter sido impulsionada por crescimento da formalização do trabalho ou por reajustes salariais acima do ritmo de crescimento do PIB. No entanto, em 2021, houve uma queda para 1,36%, possivelmente refletindo os impactos econômicos da pandemia sobre o mercado de trabalho local (Gráfico 19).

A partir de 2021, observa-se uma recuperação, com o indicador atingindo 1,70% em 2022, voltando ao patamar de 2020. Esse movimento de retomada pode estar relacionado à reativação econômica pós-pandemia e ao fortalecimento da ocupação formal no município. Importante destacar que, apesar das oscilações, Belterra manteve-se quase sempre acima da média estadual, que variou de 1,62% em 2019 para 1,69% em 2022, com uma queda mais acentuada em 2021. Isso sugere uma certa resiliência do mercado formal local mesmo diante de contextos adversos (Gráfico 19).

Já a Região de Integração

Baixo Amazonas apresentou uma curva mais discreta entre 2019 e 2021, com valores em torno de 1,25%, mas teve um salto expressivo em 2022, alcançando 2%, superando tanto o município quanto o estado. Esse aumento pode indicar um avanço regional na qualidade e remuneração dos vínculos formais, ou ainda uma mudança na composição setorial da economia regional. O comportamento do indicador mostra que Belterra tem mantido relativa estabilidade e desempenho satisfatório na comparação estadual, mas a forte elevação na RI em 2022 acende o alerta para que o município busque acompanhar esse dinamismo regional, especialmente no que se refere à valorização do trabalho formal (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

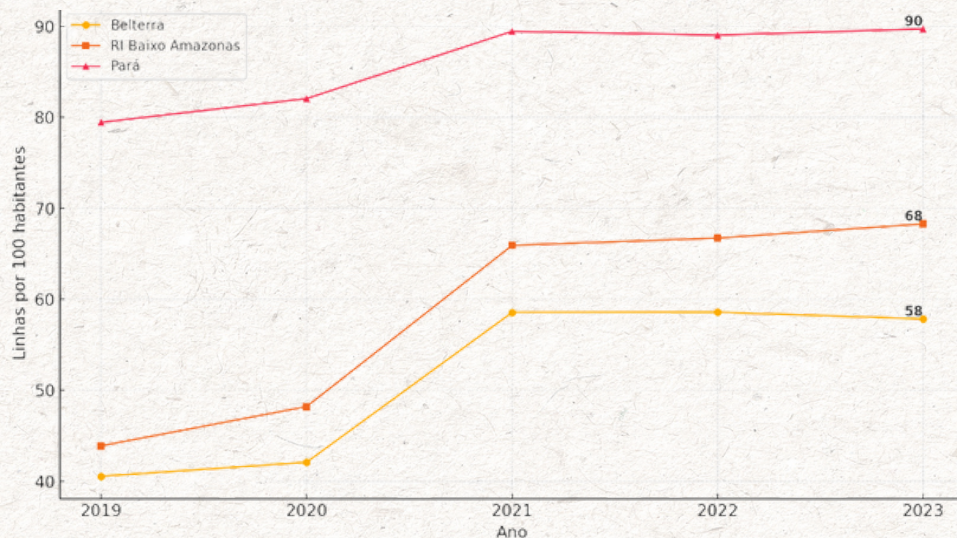
Entre 2019 e 2023, o acesso à telefonia móvel em Belterra aumentou de forma significativa, passando de cerca de 40 linhas móveis por 100 habitantes em 2019 para 58 em 2023. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, com um salto de 42 para 58, indicando um possível avanço na infraestrutura de telecomunicações, aumento da cobertura ou maior acessibilidade econômica aos serviços móveis. A partir de 2021, entretanto, o ritmo de crescimento estabiliza, e há até uma ligeira retração em 2023, o que pode sinalizar uma saturação do mercado ou limitações estruturais no município (Gráfico 20).

No contexto da Região de Integração Baixo Amazonas, a evolução também foi favorável, com aumento de 44 para 68 linhas por 100 habitantes, mantendo-se consistentemente acima de Belterra. Já o estado do Pará demonstrou índices superiores durante toda a série, saindo de 79 em 2019 e atingindo 90 em 2023. Essa diferença revela desigualdades territoriais no acesso à telefonia móvel, possivelmente relacionadas à concentração dos investimentos em áreas urbanas e mais populosas. Apesar dos avanços, Belterra segue abaixo da média estadual, o que pode impactar negativamente a inclusão digital e o acesso a serviços digitais, especialmente em áreas rurais (Gráfico 20).



O aumento no acesso à telefonia móvel é um passo importante para a conectividade e a inclusão tecnológica, influenciando áreas como educação, economia e participação cidadã. No entanto, o patamar atual de Belterra ainda indica espaço para melhorias, sobretudo na qualidade do serviço e no acesso à internet móvel. Para reduzir a defasagem em relação ao estado e à região, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas voltadas à expansão da infraestrutura de conectividade, especialmente em comunidades mais isoladas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

A despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Belterra apresentou valores baixos e instáveis durante o período de 2019 a 2023. Em 2019, o município destinava cerca de R\$ 5 por habitante, valor que caiu para R\$ 2 em 2020 e R\$ 1 em 2021, evidenciando forte retração dos investimentos nessas áreas. A partir de 2022, há um movimento de recuperação, com os valores subindo para R\$ 7 e, em 2023, atingindo R\$ 9 por habitante — o maior valor da série. Ainda assim, o indicador segue muito abaixo dos padrões regionais e estaduais, refletindo baixa prioridade orçamentária atribuída a

esses setores (Gráfico 21).

A Região de Integração Baixo Amazonas manteve níveis significativamente superiores, mesmo com oscilações. Partindo de R\$ 46 em 2019, os valores caíram para R\$ 36 em 2021, mas se recuperaram fortemente em 2023, atingindo R\$ 64 por habitante. O estado do Pará, por sua vez, também apresentou elevação constante após 2021, fechando 2023 com R\$ 71 por habitante. Essa retomada pode estar ligada ao fortalecimento de políticas culturais e ambientais no pós-pandemia, refletindo o entendimento da importância estratégica dessas áreas para o desenvolvimento sustentável

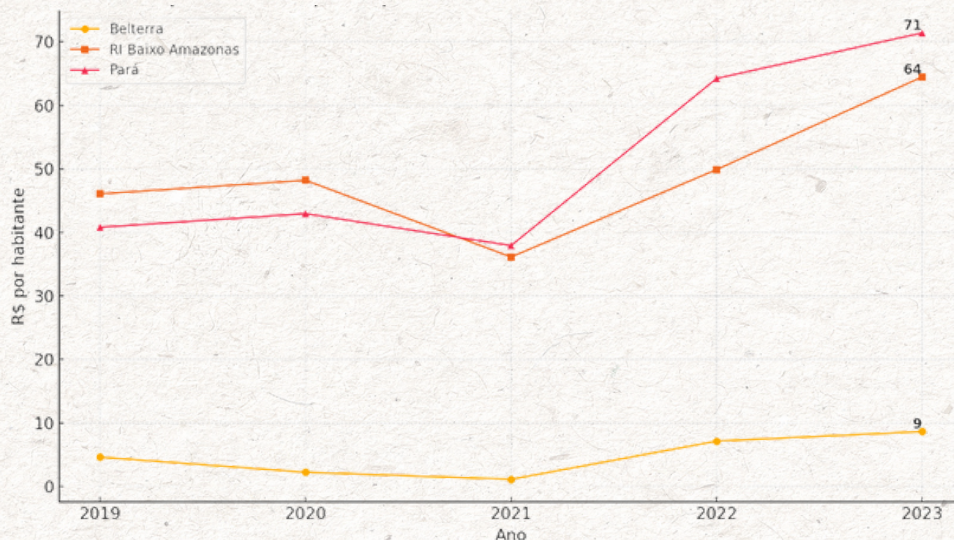
e para a preservação da identidade sociocultural local (Gráfico 21).

Em Belterra, os baixos níveis de investimento por habitante apontam para um subfinanciamento crônico das políticas de cultura e meio ambiente, que têm papel relevante tanto na promoção da cidadania quanto na conservação dos recursos naturais. A retomada dos investimentos em 2022 e 2023 é um sinal positivo, mas ainda insuficiente frente às demandas do território. Para promover uma mudança estrutural, o município precisa incorporar essas áreas como eixos estratégicos no plane-

jamento orçamentário e fomentar parcerias intergovernamentais e comunitárias que garantam a continuidade e efetividade das ações (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

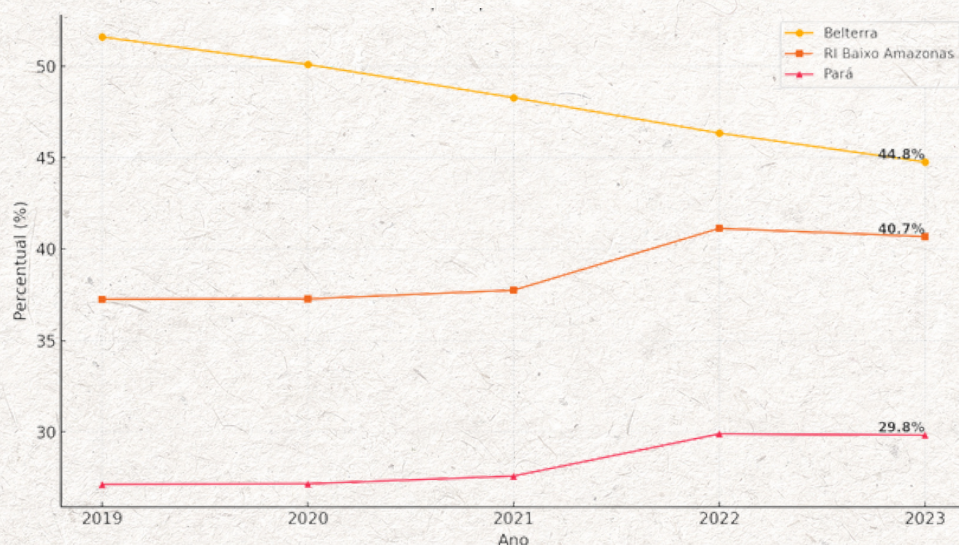
Entre 2019 e 2023, Belterra apresentou uma redução contínua no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, passando de 51,7% em 2019 para 44,8% em 2023. Essa trajetória descendente é positiva e pode estar relacionada à ampliação dos serviços de coleta de resíduos sólidos ou à maior conscientização ambiental na população de baixa renda. Ainda assim, o percentual permanece elevado, indicando que quase metade desse segmento populacional ainda depende de práticas inadequadas de descarte de lixo (Gráfico 22).

Na comparação com a Região de Integração Baixo Amazonas, observa-se uma tendência oposta: o indicador permaneceu relativamente estável de 2019 a 2021, e depois aumentou significativamente, atingindo 40,7% em 2023. Já no estado do Pará, os níveis são sistematicamente mais baixos, partindo de 27,1% em 2019 e subindo para 29,8% em 2023, o que evidencia uma situação mais favorável em termos de cobertura dos serviços de manejo de resíduos sólidos no âmbito estadual (Gráfico 22).

Apesar da melhora em Belterra, o município continua

com níveis mais altos que os da região e do estado, o que aponta para a necessidade de políticas públicas mais incisivas na área de saneamento e coleta de lixo, especialmente em comunidades periféricas ou rurais. A persistência de práticas como queimar ou enterrar resíduos compromete a saúde pública, a qualidade do solo e do ar, além de reforçar desigualdades ambientais. O avanço do indicador depende da expansão dos serviços públicos, campanhas educativas e incentivos a soluções comunitárias de descarte adequado (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

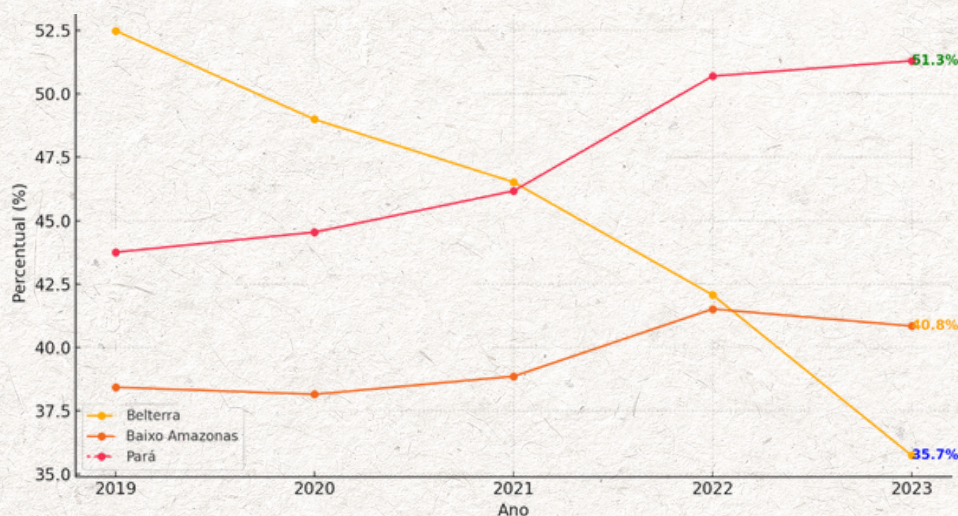
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário em Belterra caiu de 52,6% em 2019 para 35,7% em 2023, evidenciando uma redução significativa no uso desse tipo de solução precária. Essa queda representa um avanço importante na melhoria das condições sanitárias da população mais vulnerável do município, ainda que o índice atual siga elevado. A tendência de queda foi contínua ao longo do período, com destaque para o declínio mais acentuado entre 2022 e 2023 (Gráfico 23).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador manteve-se relativamente estável, variando entre 38% e 41%, e fechando 2023 com 40,8%, ou seja, superior ao valor registrado por Belterra neste mesmo ano. Já no estado do Pará, o movimento foi inverso: o percentual aumentou de 43,5% em 2019 para 51,3% em 2023, indicando uma deterioração das condições de esgotamento sanitário para a população de baixa renda em nível estadual. Isso torna o desempenho de Belterra ainda mais relevante no contexto da região Norte (Gráfico 23).

A redução do uso de fossas rudimentares em Belterra pode estar associada a investimentos em saneamento básico, construção de fossas sépticas ou ampliação de redes coletoras. Esse progresso contribui diretamente para a melhoria da saúde pública, a redução de doenças de veiculação hídrica e a valorização ambiental. Para manter essa trajetória, é fundamental que o município continue priorizando políticas de saneamento, com foco em populações vulneráveis e áreas sem cobertura, além de buscar apoio técnico e financeiro de esferas estadual e federa (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



Entre 2019 e 2023, os gastos per capita com prevenção de desastres em Belterra cresceram expressivamente, passando de apenas R\$ 31 por habitante em 2019 para R\$ 220 em 2023. Apesar de uma queda significativa em 2021 (R\$ 39), o período posterior revelou um forte avanço, com destaque para o salto de R\$ 39 para R\$ 189 entre 2021 e 2022. Essa elevação pode refletir uma resposta a eventos extremos recentes ou uma maior priorização institucional do tema no planejamento municipal, considerando a crescente incidência de desastres naturais associa-

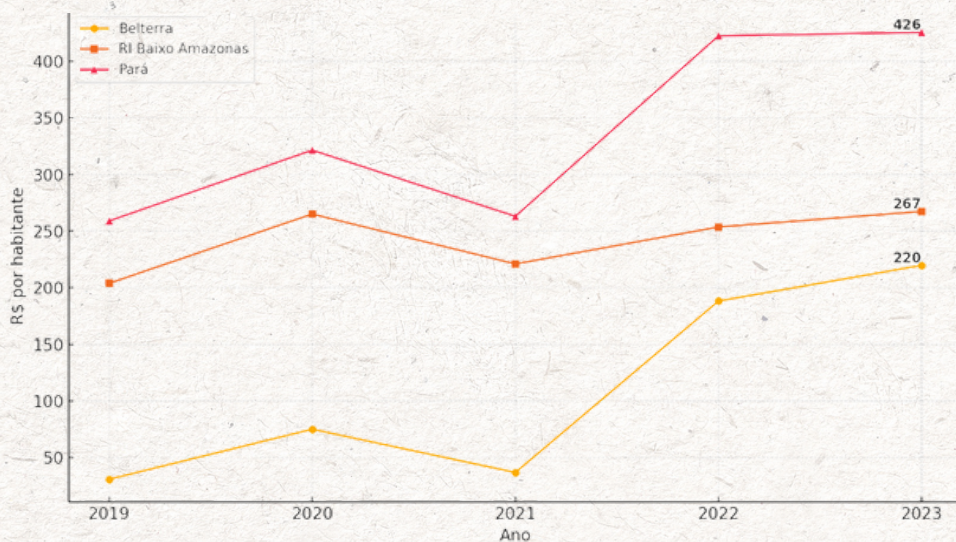
dos às mudanças climáticas (Gráfico 24).

A comparação com a Região de Integração Baixo Amazonas mostra um padrão mais estável e com valores sistematicamente superiores aos de Belterra, embora a diferença tenha se reduzido nos últimos anos. Em 2023, a RI alcançou R\$ 267 por habitante, mantendo-se acima, mas em patamar menos distante do que no início da série. Já o estado do Pará apresentou os maiores valores durante todo o período, atingindo um pico expressivo em 2022 (R\$ 423) e man-

tendo-se nesse patamar em 2023, o que evidencia um esforço estadual mais consolidado nessa agenda (Gráfico 24).

O desempenho recente de Belterra é positivo e sinaliza uma tendência de alinhamento com padrões regionais e estaduais, mas o histórico de baixos investimentos até 2021 alerta para a necessidade de garantir continuidade e sustentabilidade orçamentária. A prevenção de desastres é uma frente estratégica para a resiliência territorial, demandando ações preventivas estruturais, mapeamento de riscos e engajamento comunitário. A manutenção e ampliação dos recursos alocados poderá consolidar uma política pública mais eficaz diante das vulnerabilidades locais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 220/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

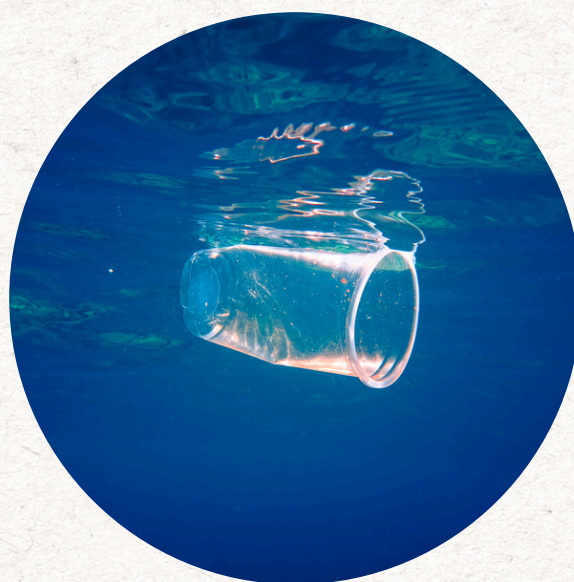
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

A despesa per capita com preservação aquática em Belterra foi praticamente nula entre 2019 e 2022, com valor igual a zero registrado em todos esses anos. Apenas em 2023 surge uma mínima alocação de R\$ 1 por habitante, o que, embora represente uma mudança simbólica, evidencia a ausência histórica de priorização dessa pauta no orçamento municipal. Esse padrão é preocupante, especialmente em um município inserido em uma região amazônica rica em recursos hídricos, cuja preservação é vital para a segurança hídrica, a biodiversidade e os modos de vida locais (Gráfico 25).



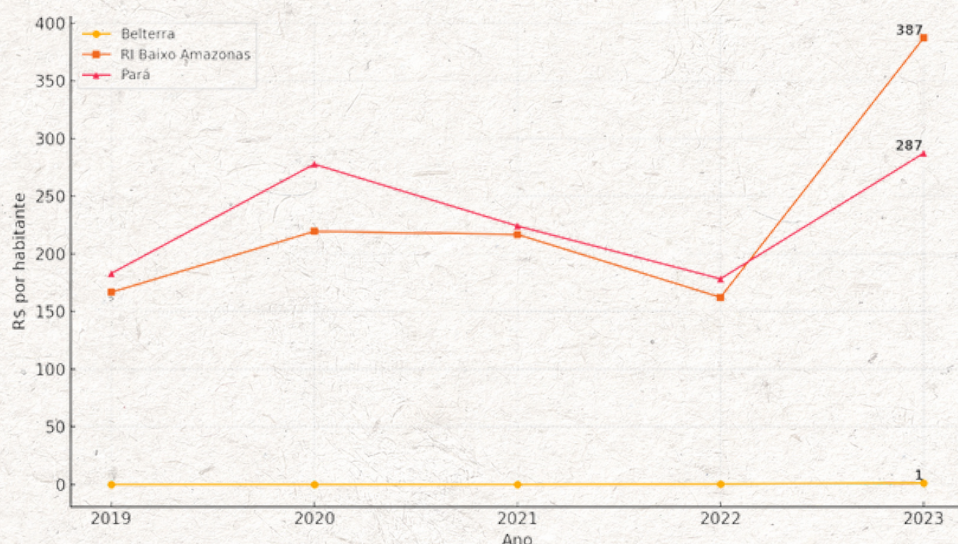
Por contraste, a Região de Integração Baixo Amazonas apresentou altos níveis de investimento, variando de R\$ 166 em 2019 a R\$ 387 em 2023, com aumento acentuado no último ano. O estado do Pará também demonstra um padrão semelhante, saltando de R\$ 184 para R\$ 287 no mesmo período, o que reforça o compromisso estadual com políticas voltadas à proteção dos ecossistemas aquáticos.

A disparidade entre Belterra e os demais recortes territoriais evidencia uma lacuna crítica na gestão ambiental local (Gráfico 25).

A ausência de investimentos consistentes em preservação aquática compromete a capacidade de Belterra em prevenir a degradação de rios, lagos e igarapés, além de fragilizar estratégias de enfrentamento a crises hídricas e à poluição. Para reverter esse cenário, é

essencial incluir a preservação de recursos aquáticos como eixo transversal nas políticas ambientais, fomentando parcerias técnicas, captação de recursos externos e sensibilização da sociedade civil. A superação dessa lacuna é estratégica para garantir sustentabilidade ecológica e qualidade de vida à população (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O gráfico atualizado sobre o percentual da área de floresta em relação à área total revela que, entre 2019 e 2023, Belterra manteve relativa estabilidade, com variações discretas em torno de 66% a 67%, encerrando 2023 com 65,8%. Essa constância indica um padrão de cobertura florestal consistente no município, sem grandes avanços de desmatamento nem iniciativas relevantes de reflorestamento nesse período (Gráfico 26).

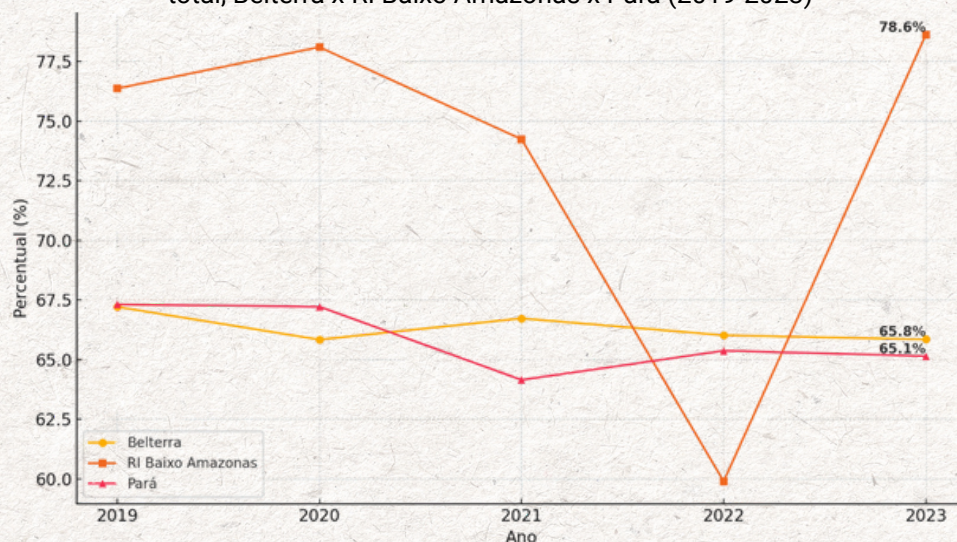
Na Região de Integração (RI) do Baixo Amazonas, observou-se um comportamento mais instável. Após um pico em 2020 (78,1%), a cobertura florestal caiu abruptamente para 60% em 2022 — uma queda significativa que pode estar relacionada a processos pon-

tuais de desmatamento ou revisão metodológica no mapeamento. No entanto, o ano de 2023 marca uma forte recuperação, retornando ao patamar elevado de 78,6%, o que pode refletir atualização de dados, medidas de recomposição florestal ou ajuste técnico (Gráfico 26).



Já no estado do Pará, o indicador teve uma leve tendência de redução entre 2019 (67%) e 2021 (64,1%), seguida por uma pequena recuperação nos dois anos finais, fechando 2023 em 65,1%. Essa oscilação, embora menos intensa que na RI, sugere um cenário de pressão contínua sobre a cobertura vegetal, com alguma recuperação recente, mas ainda abaixo dos níveis iniciais do período. Em conjunto, os dados reforçam que Belterra apresenta resiliência ambiental, enquanto a RI enfrenta maior instabilidade, e o Pará segue em uma trajetória de oscilação moderada, ainda desafiado pelo desmatamento (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Quanto ao percentual da área desmatada em relação à área total, o município de Belterra teve uma trajetória de crescimento moderado e contínuo, passando de 19% em 2019 para 20,3% em 2023. Embora a variação seja pequena, ela representa uma ampliação gradual do desmatamento em nível municipal. A RI Baixo Amazonas permaneceu praticamente estável entre 2019 e 2021 (em torno de 6,7%), mas sofreu um aumento abrupto em 2022, atingindo 13,1%, para depois retornar ao patamar anterior em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve uma tendência constante de alta, partindo de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

Essa estabilidade seguida de pico pontual na RI Baixo Ama-

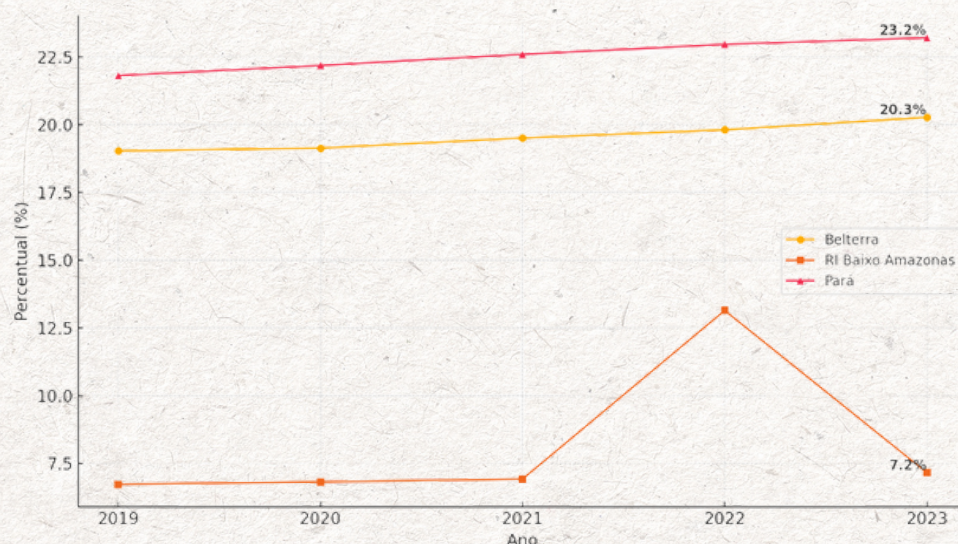
zonas chama atenção, pois pode refletir eventos específicos de desmatamento concentrado em 2022, como grandes empreendimentos ou expansão agrícola, que foram contidos ou compensados no ano seguinte. Já o crescimento contínuo em Belterra aponta para uma dinâmica persistente de pressão sobre o território, ainda que com menor intensidade do que os níveis estaduais. O aumento contínuo no estado do Pará sinaliza dificuldades em conter a conversão do uso do solo, mesmo diante de políticas de controle ambiental (Gráfico 27).

Em síntese, os dados mostram que Belterra, embora mantenha uma cobertura florestal relativamente constante, tem ampliado discretamente

sua área desmatada, o que pode comprometer sua estabilidade ambiental futura. A situação na RI é mais instável, com saltos de desmatamento que sugerem vulnerabilidade a fatores externos. O estado, por sua vez, apresenta uma expansão contínua do desmatamento, indicando a necessidade de reforço nas estratégias de conservação ambiental em larga escala (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

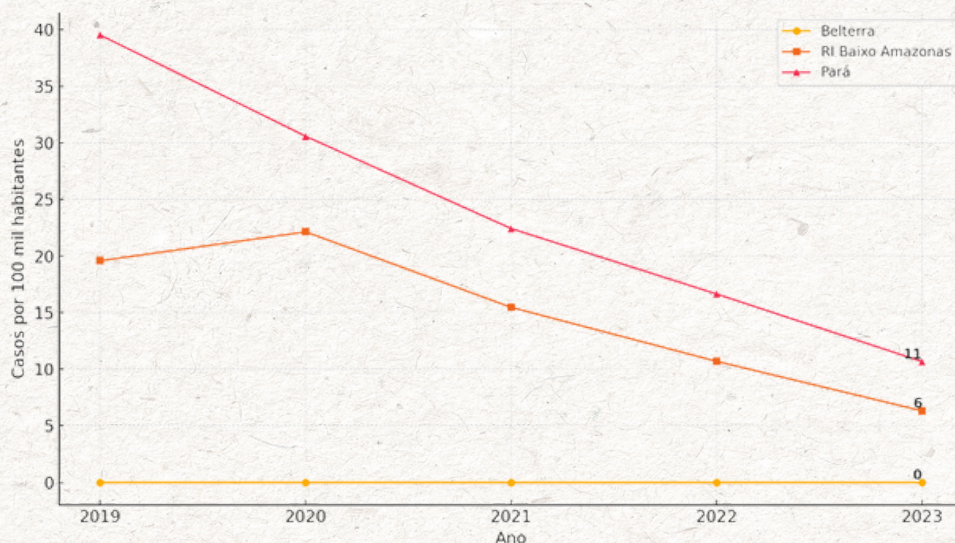
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O gráfico atualizado do indicador “Trabalho Infantil por 100 mil habitantes” entre 2019 e 2023 evidencia uma tendência de queda acentuada nos níveis estadual e regional, com estabilidade nula no município de Belterra. Neste, o indicador manteve-se em zero ao longo de todo o período, o que pode sugerir ausência de casos oficialmente registrados, subnotificação ou políticas locais eficazes de erradicação do trabalho infantil — embora este dado deva ser interpretado com cautela diante de possíveis limitações na coleta ou no reporte de infor-

mações (Gráfico 28).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi de leve oscilação inicial, com pico em 2020 (22,1 casos por 100 mil habitantes), seguido de queda contínua até 2023 (6,3). Essa trajetória descendente pode refletir ações regionais de combate ao trabalho infantil, intensificadas após o auge em 2020, possivelmente em resposta aos impactos socioeconômicos da pandemia que, inicialmente, agravaram a vulnerabilidade das famílias (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A partir da atualização do gráfico referente à “Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes” no período de 2019 a 2023, nota-se que Belterra apresentou variações significativas ao longo dos anos. O município iniciou com uma taxa bastante elevada em 2019 (33,8), seguida por uma redução expressiva até 2021 (11,1). No entanto, em 2022 houve um aumento para 22,2 homicídios por 100 mil habitantes, finalizando 2023 com 17,3 – um valor inferior ao inicial, mas ainda preocupante, especialmente pela oscilação acentuada, o que pode indicar

instabilidades conjunturais em segurança pública local (Gráfico 29).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável, com variações moderadas. A taxa iniciou em 16,4 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 11,8 em 2020 e oscilou levemente até atingir 13,1 em 2023. Apesar das pequenas flutuações, a tendência geral indica um leve declínio ao longo do quinquênio, mantendo os níveis abaixo da média estadual e demonstrando um controle relativamente consistente sobre

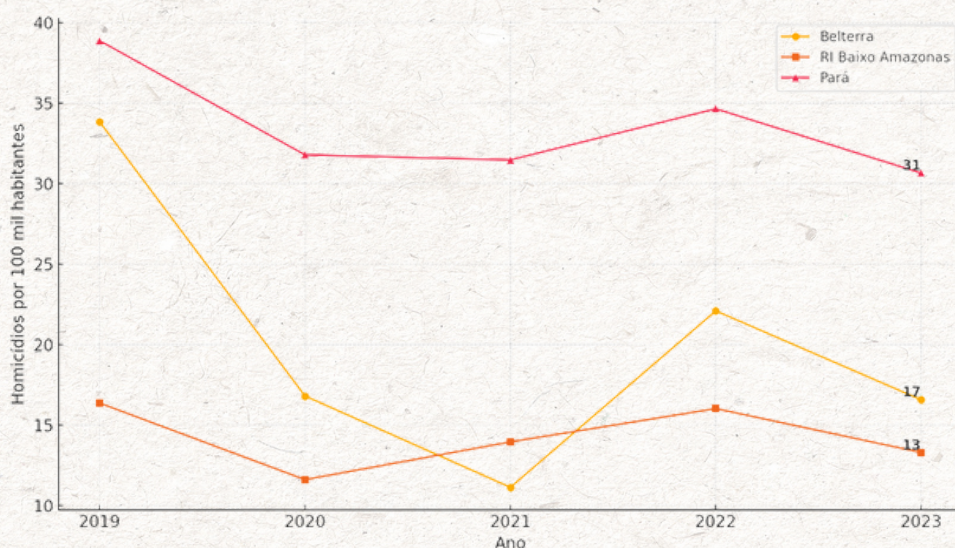
a violência letal na região (Gráfico 29).

Em nível estadual, o Pará apresentou as maiores taxas em todos os anos da série, embora com uma tendência de redução. Em 2019, o estado registrava 38,9 homicídios por 100 mil habitantes, valor que caiu para 31,0 em 2023. Mesmo com oscilações – como a elevação entre 2021 e 2022 –, a queda acumulada de aproximadamente 20% no período reflete possíveis efeitos de políticas públicas de segurança ou mudanças na dinâmica criminal. Ainda as-

sim, a taxa permanece alta, apontando para desafios estruturais na redução da criminalidade violenta em escala estadual (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

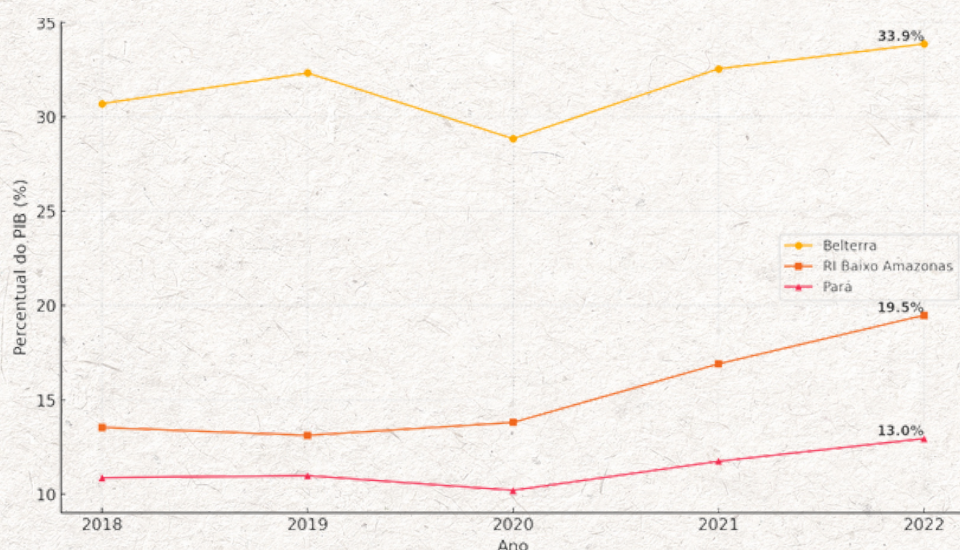
Entre 2018 e 2022, o município de Belterra apresentou níveis significativamente elevados de gasto público municipal em relação ao seu PIB, com percentuais sempre superiores a 28%. Após uma leve redução em 2020, quando o índice caiu para 28,9%, observou-se um crescimento expressivo nos anos seguintes, culminando em 33,9% em 2022. Essa trajetória indica um esforço contínuo da gestão local em manter altos investimentos públicos, possivelmente voltados à manutenção de serviços essenciais ou à ampliação da infraestrutura (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador também registrou crescimento ao longo do período, passando de 13,6% em 2018 para 19,5% em 2022. A elevação mais acentuada se deu a partir de 2020, sugerindo uma intensificação dos investimentos públicos regionais possivelmente em resposta a necessidades sociais ou econômicas ampliadas no contexto da pandemia. Ainda assim, os percentuais mantêm-se bem abaixo dos registrados em Belterra, o que pode indicar menor autonomia orçamentária ou capacidade de arrecadação dos

demaís municípios da RI (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, o crescimento do gasto público em relação ao PIB foi mais modesto, evoluindo de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. Essa variação reflete uma tendência de estabilidade relativa na política fiscal estadual, com expansão gradual da participação do setor público na economia. O patamar inferior em comparação aos demais recortes pode refletir uma base produtiva estadual mais robusta e diversificada, diluindo o peso relativo do gasto público sobre o PIB (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Belterra apresentou uma trajetória inicialmente tímida, partindo de 0,9 pontos por 100 habitantes em 2019 e mantendo-se praticamente estável em 2020. No entanto, houve uma forte aceleração em 2021, atingindo 7,1 pontos, com pico expressivo em 2022 (14,6), antes de recuar para 9,0 em 2023. Esse movimento indica um avanço importante nas políticas ou condições de conectividade no município, embora o recuo mais recente aponte para possíveis oscilações no serviço ou redução

na adesão (Gráfico 31).

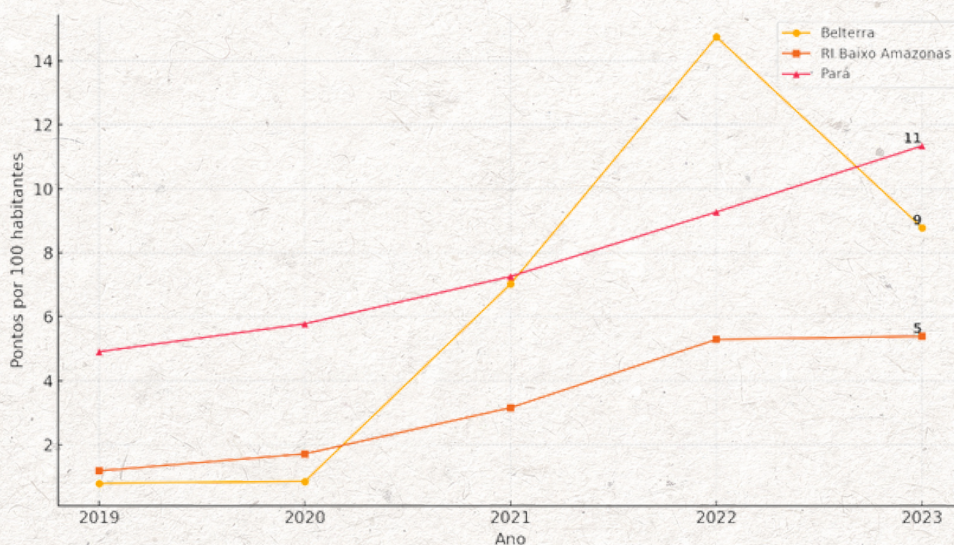
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o crescimento foi mais constante e progressivo, partindo de 1,2 pontos em 2019 para 5,4 pontos em 2023. Apesar de não ter registrado saltos abruptos como Belterra, a RI demonstrou um padrão de evolução contínua, sugerindo uma expansão planejada e possivelmente mais sustentada da infraestrutura de banda larga fixa. A ausência de quedas entre os anos indica certa estabilidade regional nesse quesito (Gráfico 31).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou a melhor per-

formance agregada, com crescimento contínuo e consistente de 4,9 para 11,2 pontos entre 2019 e 2023. A tendência crescente sugere políticas públicas ou investimentos privados mais robustos em nível estadual para ampliar o acesso à internet de alta velocidade. Comparativamente, Belterra chegou a superar a média estadual em 2022, mas retornou a um patamar inferior em 2023, sinalizando a importância de manter o ritmo de crescimento com maior resiliência (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



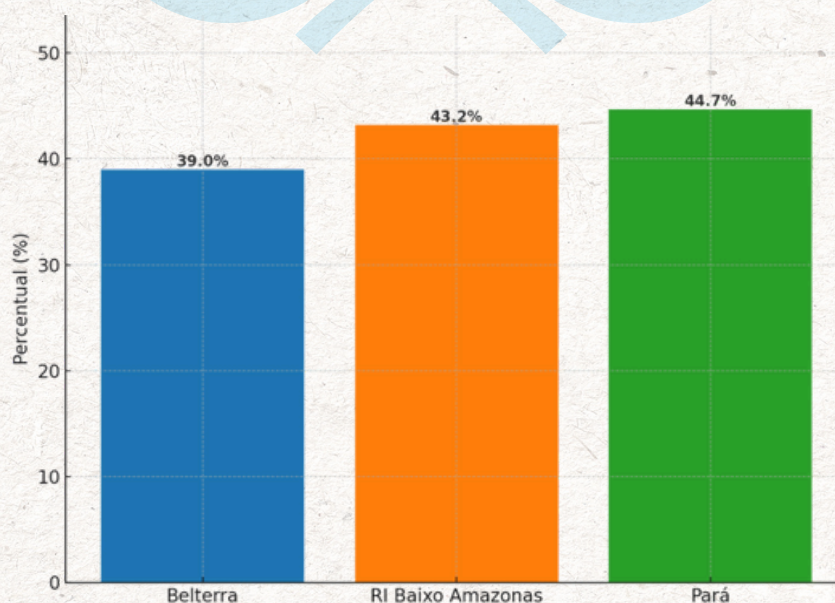
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Belterra** registrou um IDS de **39%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Belterra x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



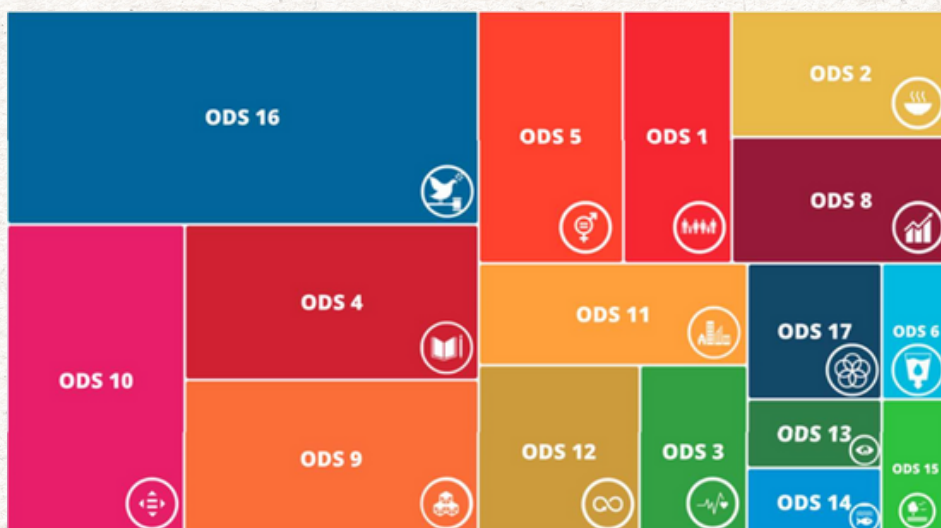
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-


mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Belterra na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Belterra e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

